

Participação de São Francisco do Conde no 02 de julho da Bahia: História vista de baixo pra cima

Mateus dos Santos[□]

ORCID iD <https://Orcid.org/0009-0004-3905-3182>

Whelson dos Santos^{□□}

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0002-6361-5339>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo, fazer uma análise da independência do Brasil a partir do 02 de julho, desconstruindo a historiografia feita em cima do 07 de setembro, com a ideia de uma liberdade harmônica, pacífica e elitizada. A ideia é trazer narrativas sobre a luta armada e os combates corpo a corpo, dando protagonismo à população negra, indígena, pescadores e mulheres nesse processo histórico da Bahia. Dialogando qual foi o papel de São Francisco do Conde nessa luta, destacando influências, estratégias, ajuda e personagens locais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE

Independência; 02 de julho; São Francisco do Conde; Protagonismo local; Desconstruindo o 07 de setembro.

ABSTRACT

This article aims to analyze the independence of Brazil from the 2nd of July, deconstructing the historiography made on the 7th of September, with the idea of a harmonious, peaceful and elitist freedom. The idea is to bring narratives about armed struggle and hand-to-hand combat, giving protagonism to the black population, indigenous people, fishermen and women in this historical process in Bahia. Discussing the role of São Francisco do Conde in this struggle, highlighting influences, strategies, help and local characters involved.

KEYWORDS

Independence; July 2nd; São Francisco do Conde; Local protagonism; Deconstructing September 7th.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la independencia de Brasil a partir del 2 de julio, deconstruyendo la historiografía centrada en el 7 de septiembre —la cual presenta una emancipación armoniosa, pacífica y liderada por las élites. La finalidad es exponer relatos sobre la lucha armada y el combate cuerpo a cuerpo, destacando el papel fundamental que desempeñaron las poblaciones negras e indígenas, los pescadores y las mujeres en este proceso

[□] Graduado em humanidades e Licenciado em História pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB. E-mail: dossantosmateus101@gmail.com

^{□□} Licenciado em História e Mestrado pela Linguagem pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB. E-mail: santoswhelson945@gmail.com

histórico em Bahía. Asimismo, se examina el papel de São Francisco do Conde en dicha lucha, subrayando las influencias locales, las estrategias, el apoyo y las figuras locales clave que participaron en ella.

PALABRAS CLAVE:

Independencia; 2 de julio; São Francisco do Conde; Agência local; Deconstrucción del 7 de septiembre.

Introdução

A independência do Brasil foi marcada por uma série de fatores revolucionários que aconteceu por vários lugares do país, sendo de forma diferente em cada estado, associar esse fato com o 07 de setembro é negar a participação popular negra e indígenas no processo. O 02 de julho mostra todo o período de 1822 a 1823 de combate e guerra na Bahia, quando as tropas portuguesas chegaram a Salvador, pois eles queriam tornar-se independentes e ter liberdade.

Para expulsar os estrangeiros do estado, a solução foi a luta corpo a corpo, porque eles não queriam perder a riqueza do comércio escravo e da cana-de-açúcar, já que na Bahia se tinha vários engenhos. Aqui o que tem destaque é a participação das classes populares no processo, como indígenas, negros escravizados, pescadores, mulheres, barões, militares e milícias de todo o recôncavo, principalmente os das vilas de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira que são as mais importantes, muitos deles só abraçavam a causa de querer a liberdade e expulsar os portugueses. (GUERRA FILHO, 2004)

De um lado existia um interesse econômico e político por parte da burguesia (elite) brasileira branca, formada pelos barões, senhores de engenhos, fazendeiros e políticos, que só pensava na liberdade comercial, aumentar seu poder e terras, já o outro é que está a real identidade baiana na luta armada, os que queriam transformação social em prol de igualdade, liberdade e inclusão na sociedade, como os negros, mulheres e indígenas. Com a ideia de revisionismo histórico, hoje é possível criticar a historiografia e buscar novas fontes históricas no passado para ampliar o conhecimento, como mostra essa dicotomia de interesse entre o exército brasileiro. (NAPOLITANO, 2021)

São Francisco do Conde teve participação direta nessa luta armada, desde 1798, quando o barão da vila foi a favor da revolta dos alfaiates e no famoso 29 de junho, quando declarou total apoio ao príncipe Dom Pedro. Suas

ações na batalha foram de neutralizar, saquear e atacar as embarcações portuguesa, pois vigiava eles a todo o tempo no Canto do Muro, doava muitos recursos para o exército brasileiro por ser rico, abrigavam muitos feridos em seu território e tendo personagens históricos nas batalhas, como o pescador Francisco Fortunato de Souza que liderou uma embarcação local e naufragou várias portuguesas na luta na ilha de Itaparica. (FERREIRA SANTOS, 2018)

Chegando na praça da independência de São Francisco do Conde hoje, é possível ver estampado o busto do Barão Joaquim Ignácio de Sequeira Bulcão, dando esse protagonismo e visibilidade a ele, de fato ele foi muito importante nesse processo ilustre, mas onde estão os registros dos outros personagens já falados. A ideia dessa reflexão é muito importante para resumir o objetivo do artigo, não de descrever todos os caminhos e processo da guerra, mas em destacar a participação dessas minorias que lutaram por amor e liberdade. Pois o 02 de julho, como é visto, ressalva um ideal de coletividade entre todos os que foram a favor da luta para expulsar os portugueses, isso de certa forma é um anacronismo histórico, projetando a necessidade do passado em se libertar, para continuar a esconder os seus interesses, de manter a exclusão dos escravizados, indígenas e mulheres da sociedade e da história. (NAPOLITANO, 2021)

Antecedentes da independência do Brasil

O 02 de julho é uma data muito importante para a Bahia, no sentido histórico, político e social do Brasil, o dia que expulsamos o exército português e tivemos a independência do país, entre um período de um ano e alguns meses de luta armada. Pensar nessa liberdade e separação do Brasil com Portugal no contexto amplo, é necessário analisar o período de glória de Napoleão Bonaparte em 1804, quando se coroar imperador da França e começar sua caminhada de conquista por toda Europa com seu poderoso exército, conhecido como as guerras napoleônicas, teve sua derrota contra a Inglaterra e com isso lançou o bloqueio continental, proibindo as nações de fazer negócio e comprar mercadorias dos ingleses, só que Portugal negou. (PORTO FILHO, 2015)

Antes de Portugal ser invadida, sua corte por completo foge para a capital de sua colônia na América Latina, o Rio de Janeiro em 1807 (fuga da

corte), toda a classe importantes e riqueza portuguesa foram nessa fuga, quando eles chegam em Salvador o rei Dom João assinou o decreto para a abertura dos portos às nações amigas, um fato que dá bastante autonomia ao Brasil, que sente essa liberdade econômica (PORTO FILHO, 2015). Além disso, houve outros benefícios para o país nessa vinda, começaram a ser construídas faculdades, bancos, fábricas, jornais e outras coisas, gerando um desenvolvimento de independência para os brasileiros, que vão sentindo a ideia de liberdade.

A revolução do porto de 1820 que visava a volta da família real a Portugal e uma ideia de recolonização no Brasil, pois os portugueses queriam que o país voltasse a ser colônia e a ter total dependência deles, só que isso não era mais possível, o país já era um grande da América do Sul e não ia aceitar um retrocesso, além da potência inglesa que teria seu comércio com o Brasil prejudicado, já que a metrópole estava empobrecida (PORTO FILHO, 2015). Depois, Dom João VI volta para Portugal em 1821, deixando seu filho Dom Pedro no Brasil, já com o propósito de que a emancipação estava surgindo e ele que deveria assumir e virar imperador, no dia 07 de setembro de 1822 ele declara a “independência do Brasil”, depois do dia do fico.

Mas ainda existiu uma grande repressão do exército português em Salvador, em aclamar Dom Pedro I como príncipe. Só que as vilas do recôncavo abraçar firmemente a ideia de liberdade, defendendo a ideia de um centro executivo no Brasil, aí que é imposta um período de conflitos armados por todo território baiano, com isso Cachoeira se torna a capital dos baianos para toda província no dia 25 de junho em termo de governo civil e militar (SILVA, 2012). Segundo AMARAL (2005), os deputados já tinha enviado uma carta a elite de Lisboa, buscando reivindicação pelo Brasil, querendo a construção desse centro executivo no Brasil:

“Desejosos de sermos verdadeiros órgãos de nossos constituintes, muito nos interessam saber qual seja a opinião dos habitantes dessa vila a respeito do seguinte”:

1º - Se convém à Bahia que haja no Brasil uma delegação do poder executivo, para facilitar o recurso necessário aos povos desse Reino;

2º - Se lhe convém que hajam duas delegações em diferentes pontos do Brasil para o mesmo fim;

3º - Se lhe convém que o poder executivo resida só em El-Rei, delegando este a cada Junta Governativa de cada Província a parte do mesmo poder que for necessário para a pronta execução

das leis e recursos dos povos, como acontecia antigamente com os Capitães Gerais.

4º - Finalmente, não convindo os três precedentes arbítrios, al seja aquele que julga a província mais conveniente e útil ao seu bom regime e administração. “Esperamos do zelo e patriotismo de V.V.S.S. que nos transmitam, consultando aos cidadãos mais circunspectos, o seu voto que muito nos interessa”. Deus guarde a V.V.S.S. muitos anos. “Lisboa, 22 de Março de 1822” “Alexandre Gomes Ferrão, Domingos Borges de Barros, Marcos Antonio de Souza, Pedro Rodrigues Bandeira, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, José Lino Coitinho, Francisco Agostinho Gomes, Cypriano José Barata de Almeida”. (p. 54)

Essa carta é uma prova da burguesia (elite) branca, no caso os deputados que lá tinha adquirido a ideia de uma separação entre Portugal e Brasil por interesses próprios, como liberdade econômica, aumento de poder e terras, eles não queriam responder mais a ninguém. Nas vilas do recôncavo não era diferente, os barões só pensava neles com a independência, não ligavam para a inclusão dos escravizados, indígenas, negros libertos, pescadores e mulheres na sociedade, mais eles camuflavam para a população pobre seus reais objetivos, pois para ter uma transformação social-política era necessário o apoio da massa popular. A ata do 14 de junho de Santo Amaro confirma isso, primeiro documento oficial ostensivo da conspiração contra Portugal, pois teve assinaturas só de pessoas de destaque no documento histórico, porém teve milhares de pessoas prestigiando e declarando apoio a Dom Pedro I, de acordo com AMARAL (2005):

“Que haja no Brasil um centro único de Poder Executivo; que este Poder seja exercitado por sua Alteza Real o Príncipe Real segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição; e que a Sede do mesmo Poder seja aquele lugar que mais útil for ao bom Regime e à administração do Reino. – E aproveitando a mesma Assembléia a liberdade que lhe pareceu dar o último quesito tendente a indicar o que for a bem da prosperidade deste Reino lembra como urgente o seguinte: – Primeiro – que o Brasil tenha um exército próprio para sua defesa e inamovível de Província a Província e de Reino a Reino salvo no caso de ser mister repelir qualquer agressão feita à dignidade do Reino Unido de Portugal-Brasil e Algarves, convindo por consequência em que não seja admitido nas Províncias deste Reino destacamento algum de Tropa que não seja do Exército do Brasil. – Segundo – que o Brasil tenha a necessária Armada Naval para a defesa de suas costas tão bem inamovível como o exército, salvo no caso precedente. – Terceiro – que haja no Brasil um Tesouro Nacional onde se arrecade o contingente das rendas das suas províncias e que deste tesouro se forneça a Portugal a devida cota para a sustentação da Família

Real e do Corpo Diplomático. – Quarto – que se estabeleça no Brasil um Tribunal Superior de Justiça com as mesmas atribuições do que for estabelecido em Portugal. – Quinto – que em cada Província do Brasil haja uma junta de Governo Eleita pelo Povo e Presidida por um membro dela escolhido pelo Poder Executivo deste Reino; que a esta junta sejam subordinadas todas as autoridades Cíveis e Militares, porém de modo que não acumule em si todos os poderes, o que evitar-se-á por um regulamento que se deverá organizar. E finalmente que à mesma junta compita o propor ao Poder Executivo do reino aqueles concidadãos da Província que forem adotados para os cargos públicos dela. – Sexto – que para promover-se eficazmente a Prosperidade do Brasil se decreta que este Reino ofereça seguro asilo aos Estrangeiros que para ele trouxerem indústrias ou capitais, e bem assim que se estabeleça a tolerância religiosa. – “Sétimo – que se conserve enfim e sem restrição alguma a franqueza e liberdade ao Comércio deste Reino e se funde quanto antes uma Universidade em o lugar que mais conveniente for”. (P. 58).

O documento detém muitas assinaturas e botar por completo, seria complicado, porém, o importante de ser trazido para o artigo é esse protagonismo como “participantes” direto nessa luta armada na Bahia, mostrando de certa forma que só a burguesia (elite) brasileira branca participou da reunião. Hoje isso é desconstruído pela historiografia, dentro da própria independência da Bahia é possível mostra a participação de pescadores, negros e indígenas nesse processo, que foram invisibilizado e negado pela história elitizada.

A verdadeira Independência do Brasil

Essa ideia de uma independência harmônica, pacífica e elitizada não pode mais ser aclamada, porque a verdadeira liberdade foi com a expulsão dos portugueses na luta armada na Bahia, um período de um ano e três meses, tendo a vitória no 02 de julho. A independência custou sangue, esforço e conquista que honra a história do povo brasileiro, não pode ser relacionado ao grito do Ypiranga e o dia do fico pele príncipe, isso até hoje é comemorado, porém, não é a história verdadeira (AMARAL, 2005).

Fica claro que o 07 de setembro como a independência do Brasil é uma mentira histórica. Mas por meio de fontes históricas foi comprovada e reproduzida pela sociedade como verdade por muito tempo, a historiografia chama esse fato de negacionismo; além da apropriação indevida de fatos

comprovados, sem a veracidade e a complementação da informação, conhecido como o revisionismo (NAPOLITANO, 2021)

Ambos dos dois conceitos trazidos, reforçam o porquê esse mito da independência foi valorizado e justificado pela burguesia brasileira, devido ao interesse político, social e econômico. Só que esse evento histórico se deu por ação decisiva e enérgica dos brasileiros, a Bahia queria um governo próprio e depois aceitaram uma adesão ao príncipe, tudo para não ceder o controle à metrópole portuguesa de Ignacio Madeira (AMARAL, 2005). Essa ideia de liberdade contra a escravidão, inclusão da população pobre e separação da Bahia com Portugal, existe desde 1798 com a revolta dos alfaiates, um grupo chamado cavaleiros da luz que espalhou em um boletim manuscrito anônimo, com a insatisfação do povo baiano contra a metrópole, como consequência teve a morte de quatro pessoas no largo da Piedade e enforcado para o público como castigo, de que modo temos a do senhor Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, que tem em sua homenagem uma estátua no local até hoje. (PORTO FILHO, 2015).

Manter o Brasil unido a Portugal era o objetivo da corte de Lisboa, mesmo que tivesse que usar as forças armadas, logo eles nomearam o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo como governador das armas da Bahia, que chegou no dia 15 de fevereiro de 1822. Só que ele teve apoio só dos oficiais portugueses, gerando conflitos entre os militares, só que o exército estrangeiro conseguir se estabelecer em Salvador e começar a invadir casas e prender os revoltosos, chegando a assassinar no convento da Lapa Joana Angélica, fazendo a população migrar para as vilas do recôncavo baiano (PORTO FILHO, 2015).

Com isso ocorre uma grande mobilização da câmara de Salvador e das vilas do recôncavo para reconhecer a autoridade do príncipe regente Dom Pedro, foi marcado uma reunião no dia 10 de junho de 1822 na capital da Bahia, mas foi impedida pelas tropas portuguesas, aconteceu outra no dia 14 de junho em Santo Amaro, se tornando uma assembleia pela abundância de gente, com a presença de militares, juiz, vereadores, oficiais, ouvido da comarca e pessoas do clero, (PORTO FILHO, 2015). Esse ato histórico ficou marcado como o grito da independência do Brasil, mexendo com todo o recôncavo baiano.

Essa reunião tinha o objetivo de expulsar os portugueses e ter sua liberdade, a ideia era criar um centro executivo único no Brasil que respondesse só ao príncipe, um exército próprio, tesouro nacional, tribunal de justiça e outras obrigações (PORTO FILHO, 2015). São Francisco do Conde teve sua reunião também no dia 29 de junho, aclamando a autoridade do príncipe contra Portugal. O início da Guerra por todo recôncavo começar mesmo no dia 25 de junho com o ataque de bomba dos portugueses em cachoeira, levando a morte do famoso Tambor-mor José da Silva Soledade, aí começar vários confrontos e mortes entre ambos dos lados, vale ressaltar que nesse momento a poderosa e rica vila de cachoeira se torna a capital da Bahia pelo lado dos baianos. (PORTO FILHO, 2015)

Desde quando os portugueses ocupar Salvador os brasileiros já iam se preparando para a guerra, quando Joana morre e a população buscar refúgio pelo recôncavo, é possível ver as organizações e estruturas militares sendo formada, em especial a compra de armas e reuniões citada a cima com a participação do povo na praça (GUERRA FILHO, 2004). A ideia de guerra no sentido amplo é dada no dia 25 de junho, pelo tamanho do conflito armado, porque igual a Santo Amaro e São Francisco eles aclamaram Dom Pedro como “Defensor Perpétuo” (GUERRA FILHO, 2004). Uma reivindicação ou revolução nesse sentido de transformação social, política e econômica, deve ter o apoio da massa popular, sendo o caso do 02 de julho, que além de adotar a ideia de liberdade que eles sempre buscaram, ainda participaram diretamente dos combates pelo exército libertador do Brasil.

A independência do Brasil na Bahia é importante porque remete a história de pessoas invisibilizada na história, dá o protagonismo aos negros, indígenas e mulheres nas batalhas armadas, podendo ser contada através da fala delas, principalmente pela oralidade, que atualmente detém várias fontes que demonstra esses feitos, como a grandiosa história da pescadora e marisqueira Maria Felipa (HOBBSAWM, 1998). O exército dos brasileiros era formado por tropas milicianas das vilas do recôncavo, militares exilados de Salvador, pobres livres, escravizados, mulheres, barões e brancos mandados pelo príncipe para dar apoio, como o mercenário francês Labatut para comandar o exército (GUERRA FILHO).

Em torno das guerras nesse período de um ano e alguns meses, tivemos conflitos marcantes nesse contexto, na pesquisa será trazida a luta armada de Pirajá em Salvador e da ilha de Itaparica. Pirajá era o centro do exército libertador e em 29 de outubro teve Labatut como chefe do exército, foi atacado pelas tropas portuguesas no dia oito (oito) de novembro, mas resistiu e conseguiu expulsar os portugueses, nesse combate teve em torno de quatro mil pessoas lutando e vários mortos e feridos, o que decidiu essa luta para os brasileiros foi o ato do corneteiro Lopes, que tocou o som ao contrário fazendo as tropas brasileiras avançarem e deixando os inimigos com tanto medo que a solução foi fugir; a ilha de Itaparica era muito bem localizada estrategicamente, facilitava demais o acesso a Salvador para abastecer o exército português, a todo tempo eles queriam o controle da região (GUERRA FILHO).

A ilha de Itaparica sempre esteve envolvida na guerra, desde a morte de Joana Angélica, pois motivou muitas pessoas a aderir à causa da liberdade. Ai que se destacar Maria Felipa, uma pescadora e marisqueira nascida na ilha com grande conhecimento da geografia local, grande habilidade militar, estratégica e bom aspecto de liderança. Ela liderou um grupo de mulheres conhecida como as Vedetas que sempre lutou contra os portugueses, com muita coragem ela tinha o papel de vigia os portugueses e passar a informação para seus aliados, usavam como arma suas peixeiras, o que motivava ela era seu senso de justiça e liberdade para todos. (PRATA, 2018)

No dia 10 de julho a ilha foi atacada pelos portugueses, ficou muito destruída, com vários mortos e feridos, um grande conflito marítimo, a ideia era conseguir tomar a ilha por completa, nesse contexto por toda coragem Maria Felipa se destacar e ajudar na defesa da ilha a resistir (PRATA, 2018). O interesse dos portugueses era geograficamente, porque a ilha serviria para eles conseguirem abastecer seu exército em Salvador, no dia 6 de janeiro toda a frota dos portugueses vai para a ilha, muitas embarcações portuguesas estavam lá, pois seu exército era maior, a heroína da ilha tem uma estratégia de seduzir com outras mulheres os soldados para depois atacar com cansação e peixeiras, matando eles e depois tocando fogo em seus barcos, até que no dia 9 de janeiro os portugueses deixam a ilha, essa foi sua principal história. (PRATA, 2018)

O artigo não visa detalhar firmemente os acontecimentos e fatos da guerra, algumas informações precisam ser trazidas pelo contexto que o trabalho buscou. O objetivo geral é demonstrar uma dicotomia de interesses entre os brasileiros que queriam a liberdade, de um lado a burguesia (elite) branca e a população negra, indígena e mulheres que só querem sua liberdade, além de incluir a participação de São Francisco do Conde na luta armada.

Protagonismo visto de baixo para cima

Hoje, na atualidade, no contexto da Independência da Bahia, quando ocorrem as comemorações e desfiles pelas cidades do Recôncavo, dá a entender que o processo foi igualitário e com os mesmos objetivos de todos que lutaram para tal. Quando começar a aflorar os combates em Salvador e nas vilas, é possível ver tensões sociais devido a uma hierarquização social baiana, de um lado a burguesia branca rica e do outro as populações pobres marginalizada com a escravidão e miséria. (GUERRA FILHO, 2004)

As desigualdades sociais no estado e principalmente em Salvador era notória, principalmente pelo por cesso da escravidão e colonização com o comércio açucareiro, nunca que os negros e indígenas teriam os mesmo direito naquela sociedade (GUERRA FILHO, 2004). Isso impactou no que concerne a história contada sobre a independência do Brasil, que procurou negar e esconder os fatos heroicos dos negros na formação do país. A história surgiu para justificar fronteiras e uniformizar memórias e etnias sociais, analisando o porquê a burguesia branca está no poder no que diz respeito à cultura, política, economia, heróis e ciência, sendo que essas ideologias foram confirmadas por fontes primárias históricas e estudiosos que botaram a Europa como o centro do mundo. (NAPOLITANO, 2021)

Quando as escolas fazem o desfile do 07 de setembro ou, por exemplo, um historiador negar a participação de Maria Felipa, ele está sendo anacronista e de certa forma racista. HOBBSAWM (1998) relatar seu interesse em contar a história dos camponeses a partir deles próprios, buscando entender o porquê eles querem ocupar as terras, se é por direito, pertencimento, cerimônia e ancestralidade, além de perguntarem o porquê geralmente é a noite, é por causa pegamos os militares desprevenidos.

Fazer essa ligação com HOBSEAWM é muito importante para discutir o 02 de julho, fazendo as pessoas olharem e perceberem o que de fato está acontecendo na guerra, pensando no tratamento e interesses dos povos do exército libertador brasileiro. Os escravizados, pescadores e mulheres que lutavam na linha de frente, não eram reconhecidas pelas autoridades representativas e eram oprimidos, pelos barões, senhores de engenhos, deputados, portugueses a favor e até pelo líder francês Pierre Labatut, porque ambos estavam nessa classe da burguesia. (GUERRA FILHO, 2004)

Quem sempre quis a independência para ter “liberdade” era as camadas populares que sofrem opressões pelo sistema atual de sociedade, as ideias democráticas eram defendidas desesperadamente por essas pessoas, que davam seu sangue nos conflitos armados, liderando os grupos no combate, mas seus nomes foram excluídos desses fatos históricos (GUERRA FILHO, 2004). A massa popular negra e indígenas são deixados de lado de forma bem clara, segundo Guerra Filho (2004):

“– Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade. Mesmo depuradas, como prevejo, as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados? (...) Que somos hoje? Alguns poucos civilizados, uma horda medonha de negros, pardos e bugres. Como alicerce da civilização, somos muito poucos, daí a magnitude de nosso labor. Mas, no que depender de mim, e tenho certeza de que dos senhores também, o Brasil jamais se tornará um país de negros pardos e bugres, não se transformará num valhacouto de inferiores, desprezível e desprezado pelas verdadeiras civilizações, pois aqui também medrará, mercê de Deus, uma dessas civilizações.” (p. 50).

Essas narrativas são extremamente importantes, quando vemos na historiografia que a história de Maria Felipa não é trazida nas escolas e nos livros didáticos, entendemos essa negação racista da branquitude,

inviabilizando seu protagonismo feminino negro no 02 de julho, ou então de associar que todos os envolvidos tinham os mesmo interesse, porque a ideia de “luta armada” mostra isso de certa forma. Quando o autor Napolitano (2021) faz uma crítica sobre o holocausto nazista, que tenta justificar que só existiu esse genocídio pelos alemães contra os judeus, negando as outras mortes em massa feitas pelas nações europeias, como o processo de colonização nas Américas e continente africano, é basicamente o que acontece com a negação na história desses atores pretos, pescadores e indígenas na independência do Brasil na Bahia.

Trazer o conceito da negação ou invisibilidade histórica de Napolitano é crucial no contexto da independência do Brasil na Bahia. Essa transformação política, social e econômica que uma revolução promove, tem sentidos diferentes no recôncavo. O caráter único é negado ou escondido pela Burguesia Brasileira Branca, que remete ao seu interesse próprio de liberdade comercial e aumento de poder; além de negar a importância da população marginalizada no combate corpo a corpo e não querer a inclusão social dos mesmos na sociedade. (NAPOLITANO, 2021)

A pescadora e marisqueira Maria Felipa, que detém uma ancestralidade negra e africana muito forte, no contexto de seu conhecimento sobre capoeira, turbante, ave sankofa que representa olhar para trás com o passado antes do futuro e outras questões, ainda tem pessoas que negam sua ação de liderança de um grupo de mulheres que conseguiu afundar barcos e matar portugueses em massa (SOARES, 2022). Porque sua história na historiografia é recente, as pessoas associam elas a mentira, como falso ou boato, principalmente se for de forma oral. (NAPOLITANO, 2021).

Em São Francisco do Conde, por exemplo, o Barão Joaquim Ignácio de Sequeira Bulcão tem a estátua de seu busto na praça da Independência, fora que em outros meios de comunicação e visibilidade sua história trazida no combate do 02 de julho, não que sua participação não seja importante. Porém, o porquê dos escravos, pescadores, indígenas, vaqueiros e outros que arriscaram sua vida não é lembrado, o Santinho Vaqueiro que era lavrador, lutou e venceu juntos a outros franciscanos guerreiros os portugueses (FERREIRA SANTOS, 2018).

A participação de São Francisco será trazida mais para frente, só é para trazer essa reflexão da dicotomia de protagonismo e objetivos dos brasileiros que queriam a independência. Essa burguesia não ligava para a inclusão social, cultural e política dos negros e indígenas, sua intenção era só ter liberdade para mandar e controlar o povo e a sua riqueza, já a população em massa que era marginalizada só queria a liberdade e a inclusão na sociedade. (GUERRA FILHO, 2004)

Participação de São Francisco do Conde na Luta

A vila de São Francisco do Conde surgiu com a construção do convento franciscano de Santo Antônio, pelo Fernão Rodrigues, Conde de Linhares em 1618; a história desse lugar é marcada pela herança escravista colonial, saberes dos indígenas, principalmente os Tupinambás, africanos escravizados e os colonizadores portugueses, uma mistura que relata a grande diversidade cultural do Brasil e principalmente Bahia (SANTOS, 2019). Essa troca de culturas e pessoas no recôncavo, foi baseada pela desigualdade, humilhação, opressão, trabalho forçado, racismo e inclusão dos indígenas e negros na sociedade.

Na época da colônia, São Francisco era muito importante para a economia portuguesa, lugar com um grande acesso para a chegada de pessoas e materiais pelo mar, forte comércio de açúcar e escravizados nas suas 12 freguesias e tinha mais de 50 engenhos (CUNHA, 1997). A vila de São Francisco era muita rica e poderosa na época, tinha um grande respeito pelas outras regiões vizinhas, foi a primeira a se pronunciar pela independência em 1789, mediante Joaquim Ignacio de Sequeira Bulcão que vem da Europa com as ideias iluministas, com outros “conspiradores” organizou o que foi a primeira revolta baiana contra a metrópole portuguesa, a revolução dos alfaiates (FILHO, 2019), a participação ilustre do município na luta armada da Bahia, remete de acordo com FILHO (2019):

A vila teve participação fundamental durante todo o processo, desde abrigar em seus engenhos, tantos os vindos da capital como os das demais vilas que foram atacadas, como em contribuir com significativas quantias devido ao seu potencial econômico para a manutenção das caixas militares dos pontos de defesas, e ainda lutando e derramando sangue pela

independência da Bahia, durante todo movimento de emancipação, como as demais vilas do recôncavo. (P. 6)

No dia 29 de junho o sino na câmara da vila toca e convoca o povo, em uma tarde fria às catorze horas para se apresentar em frente ao prédio do legislativo e cadeia (câmara), com o toque foi diferente de outros as pessoas ficaram curiosas e foram em massa para a praça saber do que se tratava, o objetivo foi uma sessão para aclamar Dom Pedro com príncipe regente, em busca de liberdade e emancipação política (FERREIRA SANTO, 2018). No livro de FERREIRA SANTO (2018) tem uma ata dessa reunião aberta aos franciscano:

29 DE JUNHO DE 1822 SÃO FRANCISCO DO CONDE NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ATA DA CÂMARA DA VILA DE SÃO FRANCISCO (ATA DO VINTE E NOVE DE JUNHO)

"Aos 29 dias do mês de junho de 1822, nesta Villa de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde, a Casa da Câmara dela, em meza de vereação, sendo presentes o Doutor Juiz de Fora Joaquim Pinheiro de Vasconcellos e os Vereadores o Professor Pedro Antão Neto Cavalcante e os do anno pretérito, o Capitão Antonio José Ferreira, o Capitão Manoel Athanasio de Azevedo, o Procurador actual Antonio Felix Henrique de Menezes, comigo Escrivão da Câmara, para efeito de proceder-se à sessão extraordinária, a requerimento da tropa de Cavallaria e Infantaria Miliciana, ordenanças e mais cidadãos que todos se achavam presentes e reunidos na Praça, sendo ahí, oferecida por parte de todos a seguinte representação:

A tropa e cidadãos desta Villa e seo Districto, desejando no deplorável estado de fermentação em que se acha tanto a Cidade como o Reconcavo da Bahia, prevenir que algum espirito mal intencionando moral possa romper em excessos anárquicos ou desviar-se do sytema monárquico constitucional que temos jurado manter, cujo perigo em verdade é imminente, sendo como estão convencidos de que nenhum outro meio há mais eficaz para tranquilizar o espirito publico do que seja satisfazer ao voto geral que tem por fim reverter a regência de S.A.R e anuir à causa abraçada pela maioria das Provincias do sul e norte da Bahia, como já pela Camara e cidadãos desta Villa foi declarado na sessão extraordinária de 20 do corrente mez, em resposta aos quesitos dos nossos illustres deputados: requerem a este nobre Senado que declare para todo tempo constar" 1º., que esta Villa e seo Districto se considera desde já unida à causa adotada pelas Provincias coligadas do Brasil. 2º, que os seus habitantes reconhecem a S.A.R o senhor Pedro de Alcântara, Principe do Reino Unido, como Regente Constitucional do Brasil, por seo Augusto Pai El-Rei o senhor D. João VI e o aclamam seo perpetuo defensor".

À vista do que o Doutor Juiz de Fora Presidente, mandou ler pelo Procurador deste Senado os dois procedentes artigos ao povo e a

54

ANA CLARA FERREIRA SANTOS

tropa, que presente era, e saber se era aquella a expressão de sua vontade; responderão todos unanimemente que sim e repetirão com grande entusiasmo os seguintes vivas: -Viva a nossa Santa Religião, vivão as Cortes da Nação, viva El-Rei o senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Viva o Principe Real e senhor D. Pedro de Alcantara, Regente Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, viva a união dos três reinos de Portugal, Brasil e Algarves, vivão os nossos irmãos de Portugal e do Brasil.

E, para que isto conste, concordão todos que se fizesse a presente acta e requererão que dela se transmitisse uma copia autentica à Junta Provincial do Governo da Provincia, para o fim de lhe constar que os cidadãos desta Villa e seo Termo não alterarão o regimen actual e administração desta Provincia e quedarão somente este passo para manifestar de um modo geral e solemne a sua vontade: de sorte que esperão que esta sua resolução em vez de ser desaprovada, seja ao contrario degna de louvor, não só porque tem por base a opinião pública do Brasil e o voto unanime deste Districto e da Provincia, já de sobejo pronunciada e reconhecida pela mesma Junta, mas também porque foi tomada afim de acalmar a efervescência que agitava o Recôncavo".

55

O que todas as vilas buscavam era uma confederação entre elas para lutar contra o poder, formar um governo novo, assumir seus próprios negócios, fundar junta de conselho e caixas militares para defesa, abastecer a população e o exército (AMARAL, 2005). Esses acordos entre todas as vilas, era para ter um exército organizado e estruturado para se defender a atacar o poderoso exército português, que tinha mais soldados e armas que os brasileiros.

O exército português eram muito superior ao brasileiro, no contexto de quantidade e qualidade devido a treinamento, o número de embarcação do

exército libertador era de dez e com o total de 710 marujos, o lado dos europeus tinha em torno de cinco mil marinheiros e muitas embarcações (AMARAL, 2005). O que faz a Bahia expulsar os portugueses e ganhar a guerra, saber usar todo o recôncavo para o combate, abrindo a luta por todo o território, para poder conseguir neutralizar as mercadorias, alimentação, armas e atacar eles de forma isolada.

São Francisco foi importante para refugiar as pessoas que vinham fugindo de Salvador com medo da tropa portuguesa liderada por Medeira de Melo, todos os ataques e violência que eles estabeleceram na região, servindo de local de resistência (FILHO, 2019). A ideia de que Cachoeira iria se tornar naquele momento a capital da Bahia partiu dos franciscanos, pois ela já havia sido atacada e era preciso ter uma organização de resistência para direcionar os baianos na guerra, para preparar um governo civil e militar com fortalecimento de tropas milicianas e conseguir enfrentar o inimigo, no Engenho de Baixo na época da guerra, existia um hospital militar que curava os feridos e os que sofriam de doenças e fome. (FERREIRA SANTOS, 2018).

Em São Francisco do Conde foi criada uma caixa militar, que era meio que uma junção de toda a administração da região, em termos de defesa, fortaleza, estratégias, reuniões, receber e organizar recursos. Tinha o objetivo de arrecadar recursos para sustentar a guerra, como já era rica contribui com maior cota, além de dar manutenção aos lugares de defesas nos pontos estratégicos, como Cajaíba e Madre de Deus, as caixas era formada por presidente, escrivão e tesoureiro, ou seja, só ricos e barões que detinha esse “protagonismo” (FERREIRA SANTOS, 2018). Por ter uma economia boa, alimentos em abundância, roupas, dinheiro e casas para abrigo, essa ajuda essencial era notável pela vila.

Dentro dessa caixa militar havia várias fortificações, visando resistir e se defender dos inimigos, além de contra-atacar também. Foram dirigidas pelo tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira em Cajaíba, Bom Jesus, Caípe, Paramirim e outras guarnições estratégicas de defesa, já na praça da independência e da câmara estava o canhão e outras armas que eram fabricadas pelos materiais doados (bronze, ferro, cobre e chumbo) tirado dos engenhos. (FERREIRA SANTOS, 2018)

O Canto do Muro ou Fonte da Bateria tinha um ganhão também, pela ampla visão que dá para ter, observando todas as embarcações e soldados diuturnamente que passava, o objetivo era impedir a passagem do exército português para saquear seus alimentos, roupas, munições e matar os inimigos (FERREIRA SANTOS, 2018). O Exército da vila era formado por caçadores, esquadrão de cavalaria, tripulantes de barcos, escravizados, pescadores, milícias da câmara e voluntários. (FERREIRA SANTOS, 2018)

As embarcações de guerra com canhões na proa e popa delas, ficou conhecida como flotilha, no município teve o Vila de São Francisco, D. Leopoldina e o D. Januária, para combater os barcos portugueses na Baía de Todos os Santos, o líder do primeiro barco eram um pescador Francisco Fortunato de Souza, que naufragou uma fragata de inimigos, vencendo a guerra da ilha de Itaparica (FERREIRA SANTOS, 2018). Hoje tem uma estrada que no momento não funciona na cidade, mas no período da guerra foi muito importante, deu a liberdade de comunicação do município com Cachoeira, que depois faziam o percurso até chegar no príncipe no Rio de Janeiro, a estrada da Roseira em via terrestre, porque Medeira de Melo tinha como fundamentos fechar os caminhos de ligação e comunicação dos brasileiros. (FERREIRA SANTOS, 2018)

A participação de escravizados, pescadores, indígenas, vaqueiro, mulher e outras pessoas, é algo notório pelos franciscanos, que igual a muitos baianos arriscaram suas vidas para ter sua liberdade, não só em relação aos portugueses, mas a todo o sistema de opressão que eles sofriam. Dentre essas figuras ilustre na historiografia, está Antonio de Souza Vilela o valente homem do mar e líder, teve os já falado Santinho Vaqueiro e o pescador Fortunato, além desses foram recrutados por Labatut vários escravizados que viviam nos engenhos da vila de São Francisco, para fortalecer as tropas brasileiras, sobretudo na guerra decisiva de Pirajá no dia 08 de novembro, com quinhentos voluntários na batalha que pôs o fim aos portugueses, liderado pelo tenente franciscano Alexandre Gomes de Argolo Ferrão; vale ressaltar que o barão Joaquim Ignácio era o que mais detinha escravizados, mesmo assim ele e outros tinha medo de deixar os escravos irem, para depois não se revoltarem contra eles e por serem sua fonte de riqueza nas plantações de cana-de-açúcar. (FERREIRA SANTOS, 2018)

Com tudo isso, o que vemos em destaque nos desfile do dia 02 de julho ou na comemoração de São Francisco do Conde no 29 de junho em sua participação na guerra, são artefatos importantes para a história, patrimônios materiais que comprovam a ação da cidade na luta. O autor FILHO (2019) traz esses monumentos que faz essa relação direta do município na batalha histórica da Bahia contra os portugueses, registros presente na praça da independência:

5.1 MEMORIAIS DA PARTICIPAÇÃO DE SÃO FRANCISCO NAS BATALHAS PELA INDEPENDÊNCIA

Fig. 1



Fig. 2



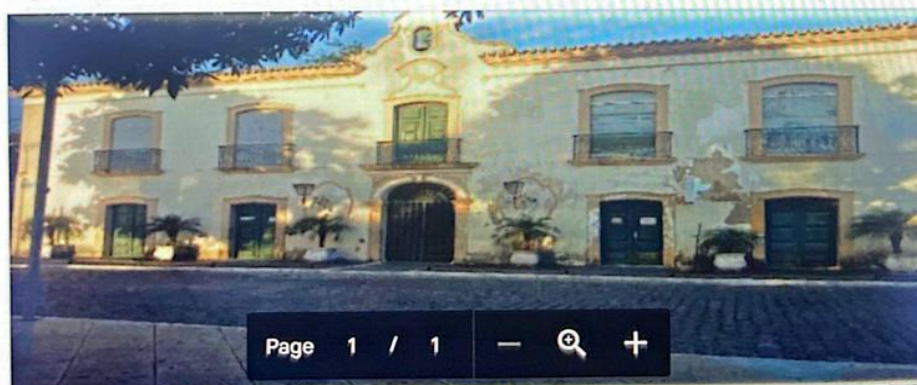
Fig. 1: Busto de Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, erguido na praça da independencia pelo poder publico ,em homenagem a sua luta pela causa da independencia da bahia.

Fig. 2: No centenario da aclamação de D. Pedro pela vila de São Francisco,em 1922 foi instalada uma lápide comemorativa, em frente a câmara municipal, presente do instituto historico e geografico da Bahia, em reconhecimento a sua participacao

Fig. 3



Fig. 5



A ideia é fazer uma crítica pela falta de registro, imagens e até histórias dos verdadeiros povos que deram seu sangue na guerra, todos esses fatores das imagens são importantes, o barão Joaquim de Sequeira Bulcão desde a revolta dos alfaiates demonstra seu interesse em separar a Bahia de Portugal, porém só visava seus interesses comerciais e poder, além de está nessa hierarquia desigual. O cuidado está em analisar esses lugares de memória, pois quando é reconhecido por lei como monumento e patrimônio histórico, ele causa estranhamento ou reconhecimento pelas pessoas, invisibilizando e apagando os feitos dos negros e indígenas no país. (GIL, MEINERZ, 2017)

Os feitos desses franciscanos muitas das vezes é passado despercebido, sem a população conhecer sua história e participação na luta; essa amostra documental que existe na praça é de certa forma pequena para todo o contexto da guerra e participação da cidade (NAPOLITANO, 2021). Quem opera esses lugares de memórias? Infelizmente no Brasil ainda os lugares de poderes, currículos, livro didáticos, a mídia e outras formas de comunicação e interação, são pensadas, elaboradas e produzidas por uma elite branca de

base colonizadora, por isso temos um grande apagamento na nossa historiografia se tratando de feitos afro-brasileiros e indígenas, pautado no processo de racialidade para classificação social nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais (GIL, MEINERZ, 2017).

O debate em torno se Maria Felipa existe é real, quem são esses pescadores, escravizados e indígenas que lutou diretamente contra os portugueses; por isso, ficam essas lacunas preconceituosas invisibilizando e negando a história deles. Sendo que a independência do Brasil na Bahia, se deu pela ação e comprometimento dessa população, com total protagonismo negro e feminino no combate.

Considerações finais

O Artigo teve como foco desconstruir o 07 de setembro, com uma ideia de uma independência brasileira harmônica, passiva e elitizada. Debruçando dos contextos históricos que levaram a essa ideia revolucionária de liberdade, desde quando a corte vem para o país e os brasileiros começam a ter liberdade econômica e financeira, relatando os conflitos, relação e organização das vilas no 02 de julho. Para dar uma valorização aos escravizados, indígenas, pescadores e mulheres na guerra, vale ressaltar que o foco da pesquisa não foi em descrever todo o processo da independência do Brasil na Bahia.

Trabalhando a personalidade de Maria Felipa, com o intuito de destacar essa ação feminina de uma marisqueira com habilidade militares extremamente importantes. Dando o foco a cidade de São Francisco do Conde no 02 de julho, com toda sua importância econômica e política na guerra, pois junto a outras vilas declarou firme seu apoio ao príncipe regente.

Servindo como doador de armas, munições, dinheiro, alimentos, abrigo, soldados, escravizados, hospital militar e outras funções que ajudaram a conquistar a independência do Brasil. Mostrando a história de personagens locais na luta, teve vaqueiro, pescador, escravizados de todos os engenhos da vila, mulheres e milicianos da câmara, para criticar o porquê a história dessas pessoas ainda são invisibilizadas, não tendo uma grande valorização e até fontes históricas.

Referências

- HOBBSAWM, Eric. **A história de baixo para cima**. In: Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SANTOS, Driele Narali Pereira. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO: PERTENCIMENTO E MEMÓRIA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**. 2019.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes**. 2017.
- FERREIRA SANTOS, Ana Clara. **Vinte e nove de 1822. São Francisco do Conde na independência do Brasil**. Salvador: CDI Gráfica. 2018. 140 p.
- SOARES, Pedro. **Batalha do Conhecimento: o Bicentenário da Independência - Maria Felipa de Oliveira, guerreira negra e heroína da Independência**. 12/08/2022.
- PRATA, Livia. **Maria Felipa - uma heroína baiana: A história ilustrada da heroína da Independência do Brasil na Bahia**. 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e Revisionismo Histórico no século XXI**. Novos combates pela história: Desafios e ensino. Organização Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; Carlos Fico... {et al}- São Paulo: Contexto. 2021. 256 p.
- 2 de julho: Independência da Bahia e do Brasil** / Ubaldo Marques Porto Filho. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. 144 p. il
- FILHO, Luiz Rozendo. **História e memória da participação de São Francisco Do Conde nas lutas pela independência**. 2019.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz Guerra. **O Povo e a Guerra: Participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia**. Salvador. 2004.
- Amaral, Braz do. **Ação da Bahia na obra da independência nacional** / Braz do Amaral. Salvador: EDUFBA, 2005. 124 p. : il.
- Silva, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)** / Salvador, 2012.

Recebido em: 14/02/2026

Aceito em: 04/08/2026

Para citar este texto (ABNT): DOS SANTOS, Mateus; DOS SANTOS, Whelson Participação de São Francisco do Conde no 02 de julho da Bahia: História vista de baixo pra cima. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 1, p.214-234, jan./jun. 2026.

Para citar este texto (APA): Dos Santos, Mateus; Dos Santos, Whelson (jan./jun. 2026). Participação de São Francisco do Conde no 02 de julho da Bahia: História vista de baixo pra cima. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (1): 214-234.